



MULHERES JOVENS, PRÁTICAS CONTRACEPTIVAS E A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE: REFLEXÕES URGENTES

Anna Karina G. Xavier¹
Karla Galvão Adrião²
Raíssa Barbosa Araújo³

Apresentação

Este trabalho busca debater sobre interfaces entre sexualidade e reprodução na vida de mulheres jovens de comunidades de periferia da cidade do Recife. Faz parte de uma pesquisa guarda-chuva, que visa debater os mesmos temas anteriormente citados sendo esta, realizada em duas cidades, Recife e Caruaru-PE (áreas urbana e rural). Neste trabalho, discutiremos a partir dos dados da zona urbana de Recife, e argumentaremos sobre a invisibilidade que estas mulheres, enquanto sujeitos políticos do feminismo, continuam vivenciando em suas práticas cotidianas. Este tema é particularmente interessante por tratar de questões de direitos sexuais e reprodutivos, uma das pautas mais fortes para as lutas feministas nacionais.

A relevância desse trabalho caracteriza-se por entender que as mulheres jovens encontram-se numa situação desfavorável, pela existência de um contexto “machista”, e por relações desiguais de poder, assim como também pela visão romântica nas relações (Costa, 1998) e por desejo de um envolvimento repleto de amor e confiança mútua. As jovens encontram-se também, segundo a literatura médica, inseridas no contexto de risco para IST/AIDS e gravidez não planejada (VIEIRA, 2004; VILLELA, 2006). Percebemos, que mesmo nessas condições adversas, encontram-se jovens dispostas a iniciar um diálogo com seus parceiros sobre a negociação do uso do preservativo e métodos contraceptivos na relação afetiva (GELUDA, 2006). Entretanto, nem sempre a negociação acaba em consenso, na direção de uma prática preventiva. Consideramos que existem fragilidades nas tentativas de negociação das jovens, sendo necessário compreender quais as suas dificuldades e potencialidades nessa negociação.

Neste trabalho a metodologia utiliza-se de um viés qualitativo no qual, seus dados serão analisados através da Análise Crítica do Discurso, de Norman Fairclough (2001), à luz de uma abordagem feminista pós-estruturalista baseada em Judith Butler (2003), e Donna Haraway (1998).

¹ Mestranda em Psicologia. UFPE. akpsicologia@hotmail.com

² Doutora em Ciências Humanas. UFSC

³ Aluna de graduação em psicologia. UFPE



Como reflexões finais, apesar de não se tratar de um trabalho concluído, mas em andamento, trará ao debate a questão abordada a partir de como os sujeitos jurídicos, engendrados pelas noções ideológicas do bloco dominante, vão construindo subjetividades que podem ser percebidas e também refletem na vida pública e privada das mulheres jovens daquela comunidade.

Percurso metodológico

Nessa pesquisa a metodologia de viés qualitativo utiliza-se o diário de campo e entrevistas em profundidade como procedimentos. Num período de seis meses de inserção na comunidade, através de uma ONG e posto de saúde que se localizam na comunidade, foram contatadas diversas jovens na faixa etária de 16 à 24 anos, e, realizada visitas informais em suas residências, mas dentre estas, foram realizadas 07 entrevistas, que versavam sobre as trajetórias afetivo-sexuais das jovens. Foram construídas, a partir destas entrevistas, as biografias das mesma jovens entrevistadas.

Reflexões teórico-Methodológicas

A metodologia utiliza-se, como já apontado, de um referencial teórico-epistemológico foi utilizada uma abordagem feminista pós-estruturalista (BUTLER, 2003 e HARAWAY, 1998). No que se refere à abordagem metodológica foi utilizada a Análise Crítica do Discurso. Essa abordagem apresenta um modo ativo ao considerar que linguagem sofre as influências das ideologias e hegemonias assim como as relações de poder que permeiam a sociedade, principalmente pela ideologia que aparece como aparelho, permitindo ao bloco dominante dar continuidade às relações de poder vigentes.

A Análise Crítica do Discurso declara-se crítica por dois motivos: primeiro porque tal análise pretende revelar a forma desigual de poder no seio da sociedade engendrados na sociedade pelo bloco dominante que tem condicionado e orientado o discurso no sentido de dar continuidade às estratégias de saber-poder vigentes. O segundo motivo é por desejar problematizar a ordem vigente através da consciência dos aparelhos de dominação colocados em ação no campo do discurso.

Portanto esta análise tenta desvelar de forma ativa os jogos de saber-poder presentes nas construções ideológicas e discursivas, problematizando os sentidos que foram naturalizados através dos aparelhos ideológicos engendrados pelo bloco dominante. Assim sendo, a Análise Crítica do Discurso dirige para a tentativa de desvelação dos aparelhos de dominação colocados no campo do discurso que pretendem eternizar as verdades ideológicas no seio da sociedade.



Este trabalho, especificamente, pretende desvelar a partir das contribuições trazidas pela perspectiva apresentada nos argumentos citados que a invisibilidade das mulheres jovens pertencentes a camadas populares concernente a se tornarem sujeitas de direitos de desejo, principalmente às questões ligadas a direitos reprodutivos é um dado de tradição social, mas não imutável, podendo haver espaço para intervenção humana.

Segundo Norman Fairclough (2001), a linguagem é, antes de qualquer coisa, uma prática social e como tal vem mostrar que os discursos hegemônicos “naturalizados” são produtos de lutas históricas socialmente “localizados” (HARAWAY, 1998). É possível dizer que além do poder aparecer no discurso, percebemos que os constructos discursivos aceitos socialmente emergem como um efeito oculto do poder, isto é, há um poder por trás dos discursos que legitima as formações discursivas tidas como válidas.

Como o objetivo da pesquisa é compreender como mulheres jovens de 16 a 24 anos, casadas e com filhos estão lidando com o uso da camisinha, e como estão abordando junto ao parceiro o desejo dessa prática preventiva nas suas relações afetivo-sexuais, trataremos dessas questão a partir de uma reflexão que se embasa na perspectiva supracitada.

Iniciando uma análise – com a palavra as mulheres jovens

Como resultados preliminares, destacamos a ausência de discussão sobre todos os métodos contraceptivos existentes, na relação médico/a paciente, contrariando o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), que prevê que diante do conhecimento de todos os métodos contraceptivos elas possam escolher o que melhor lhes convém. Sendo esta uma conquista do movimento feminista (SCAVONE, 2007), essas mulheres encontram-se à margem de uma escolha autônoma. Outro aspecto encontrado nas jovens foi o discurso da fidelidade conjugal como apoio emocional para não discutir na relação a entrada do uso da camisinha e com esta a possibilidade de abalar a relação.

Em relação à contracepção, a injeção trimestral aparece como o método mais citado pelas jovens. Entre os motivos alegados estão “não precisar se lembrar todos os dias de tomar o anticoncepcional via oral” e, quanto a injeção mensal, aparece também que as mesmas não “precisam ir ao posto de saúde mensalmente para tomá-lo”.

Nas relações afetivas, conceitos como fidelidade, estabilidade da relação amorosa, parceria fixa e monogamia, dão às mulheres a sensação de sexo seguro, levando-as a relações sexuais sem camisinha (GELUDA et alli, 2006, p.1675). A confiança no parceiro está intrinsecamente



relacionada ao tipo de relacionamento que elas têm, no caso da pesquisa, com seus companheiros ou maridos. Dessa forma um vínculo “seguro” produz uma sensação de confiança, sendo que a falta desta colocaria em risco a relação. É também através da confiança que as garotas permitem a passagem do uso do preservativo para o da pílula. Segundo Maria Vieira (2004), quando a jovem deixa de usar o preservativo ela abre mão da segurança como uma forma de assegurar ao companheiro o não exercício da infidelidade, assegurando seu compromisso de entrega, confiança, e respeito. Encontramos este mesmo discurso entre nossas entrevistadas, que reiteravam a confiança como contraponto do uso de qualquer método contraceptivo, mas com maior ênfase para a camisinha masculina.

O aprendizado e o domínio da contracepção e da proteção das IST/HIV, para as jovens pesquisadas, acontecem a partir do nascimento do primeiro filho com a entrada da agente de saúde comunitária em suas casas. É a partir desse momento que elas freqüentam o posto de saúde, sendo acompanhadas pela agente de saúde comunitária. Antes disso, mesmo tendo vida sexual ativa, esta se torna invisibilizada, o que demarca também o caráter moralizante presente na relação sexo-gênero, na vivência da comunidade (BUTLER, 2003; HARAWAY, 2009).

Outro resultado encontrado é que essas mulheres jovens encontram-se reproduzindo o discurso cultural hegemônico da matriz heterossexual, no campo dos direitos reprodutivos e da sexualidade. Analisando discursivamente suas falas, percebemos a interiorização das noções ideológicas do bloco dominante para quem se deve pensar que as mulheres conquistaram direitos (FAIRCLOUGH, 2001; BUTLER, 2003). Entretanto estes não são plenos nem na sua totalidade, e exercem uma política de dar-se o mínimo, fortalecendo o sentimento entre as mulheres jovens de que as mesmas tenham medo de perder esse mínimo.

Mesmo nesse contexto específico encontramos aquelas que fogem às normas para essa população, aquelas que não se satisfazem com o pouco que dão e buscam outros caminhos para o exercício dos direitos reprodutivos e vivência da sexualidade. Uma destas mulheres jovens, por exemplo, desejosa de ter a primeira relação sexual com seu namorado, marcou a primeira consulta a ginecologista, no intuito de encontrar a melhor forma de contracepção, no nome de sua irmã mais velha e mãe de uma criança, portanto, moralmente em posição de permissão, pelos padrões da comunidade, para tal ida ao médico. A jovem foi à consulta na companhia de sua irmã e somente na sala, já em presença do médico, revelou que ela e não a irmã seria a pessoa a ser consultada. Dessa forma, a jovem “burlou” as regras comunitárias, preservou sua intimidade e seus desejos sexuais, e mesmo assim, não deixou de ter acesso às políticas de saúde.



Foucault (apud Butler, 2003), revela que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que posteriormente passam a representar os próprios sistemas. Seguindo a mesma linha de raciocínio, a vida política dos sujeitos é regulada pelas noções jurídicas de poder no quesito estritamente negativo, ou seja, por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e proteção. Segundo Faiclough (2001), tais noções produzidas pelas ideologias do bloco dominante acabam por construir sentidos que sem haver problematização, resultam em repetição de discursos. Porém um discurso ideológico não é imutável, sendo modificado pela sociedade e modificando a própria sociedade.

Segundo Butler (2003), a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão. Podemos perceber tal fato na fala da interlocutora, uma de nossas entrevistadas, em relação a como se encontra a construção da sua subjetividade, falando sobre si mesma, naquele momento da sua história: “*Agora eu sou dona de casa. Sou puta dentro de quatro paredes*”. (risos). A palavra dona de casa é carregada de noções de respeitabilidade e moral diante do que não se encaixa nesse padrão. Dona de casa pode ser até pensado como um ser “puro”, assim como “Maria sem pecado”, se comparado à puta, aquela que transgride, e é desprovida de respeitabilidade e moral, como se a puta não pudesse ser respeitável no seu sentido mais humano. Pensando sobre estes termos dicotômicos, dona de casa e puta, quem seria a excluída? Uma? Outra? Ou ambas? Pensando as noções jurídicas de poder e estabelecidas como socialmente aceitas, seria a puta, que vive às margens, ainda que com direitos já garantidos legalmente. Mas, e a dona de casa? Excluída de exercer a plenitude de sua sexualidade explicitamente ou não, como a mesma desejar, também não estaria sendo excluída de um sistema de saber-poder no qual corpos femininos ainda são demarcadamente moralizados e vigiados socialmente?

Percebemos, a partir da literatura que embasa nosso estudo, que o sujeito é uma questão crucial para a política feminista. Os sujeitos jurídicos (família, escola, igreja) são produzidos por via de exclusão que não aparecem quando a estrutura jurídica da política é estabelecida (BUTLER, 2003). Significa afirmar que os constructos ideológicos e hegemônicos não aparecem quando a estrutura está formada, antes, há uma naturalização dessas operações políticas.

No plano da política feminista pensar sobre gênero⁴ nos leva à reflexão de que seria este também orientado pelos caracteres moralizantes sociais supracitados, dirigindo e condicionando

⁴ Para Judith Butler (2003) e Donna Haraway (1998) o conceito de gênero é compreendido como relações de poder entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos específicos, sendo marcado por uma transitoriedade, isto é, uma fluidez dessas relações, que Butler (2003), vai chamar de performatividade.



todo um corpo de conhecimento. Esta afirmação nos faz pensar em que medida estamos agindo com autonomia intelectual, e em que medida estamos exercendo, reafirmando seu controle.

Segundo Butler (2003), os limites para a análise discursiva do gênero, conjecturam, por antecipação, as probabilidades das formas possíveis e praticáveis do gênero na cultura. O que não quer dizer que outras possibilidades de gênero sejam facultadas, mas que as fronteiras analíticas indicam os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Esses limites se situam nos termos de um discurso cultural hegemônico, “baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal”. (BUTLER, 2003, p.28). Dessa forma, a amarração é introduzida naquilo que a linguagem estabelece como domínio possível do gênero. Essa reflexão pode ser vista através da fala da informante sobre como estão os/as jovens entre 23 e 25 anos em sua comunidade: “*Não, a maioria é como eu te disse... a maioria nessa idade tá casado trabalhando, pra trazer comida pras meninas*”. Com esta afirmação, percebe-se o poder do discurso cultural hegemônico presente na juventude nesta comunidade popular. A frase “trazer comida pras meninas”, implicitamente se traduz em um *habitus* (BOURDIEU, 2003) ainda marcadamente dicotômico, que traduz o poder no pólo masculino, na vida desses/as jovens. O fato de que a comida é trazida “pras meninas” demonstra marcas de reprodução de exclusão do mundo público às mulheres para garantir junto ao seu parceiro o sustento doméstico. Além disso, torna binzarizada a relação entre público e privado, sem abrir à reflexão as imbricações que existem e as intermitentes realidades que se deslocam na atualidade (HARAWAY, 2009). Para além desse raciocínio, um casal jovem desempregado sofre com a impossibilidade do jovem não poder sustentar sua família, demarcada no discurso interiorizado através dos sistemas jurídicos, que insufla um lugar hegemônico às masculinidades, qual seja, a de prover a família, sem levar mais uma vez em consideração, que muitas das famílias de camadas populares de centros urbanos brasileiros, cada vez são mais sustentadas por mulheres chefes de família (SCOTT, 2002). Além disso, demarca a característica do mercado e da sociedade de consumo, para quem o trabalho dignifica o “homem”, como se dissesse, que somente ele é dignificado, fortalecendo mais uma vez, a dicotomia sexo-gênero.

Reflexões Finais – abrindo questionamentos

Os resultados aqui apresentados referem-se a uma pesquisa que se encontra em andamento, mas que já sinaliza algumas reflexões.



Inicialmente percebemos que o desejo de uma vida sexual e reprodutiva plena, luta de conquista feministas que culminaram no PAISM, não vem sendo realizado, principalmente nas comunidades menos favorecidas. A “escolha” entre apenas três métodos contraceptivos não é compatível com a quantidade de métodos disponíveis no mercado. A falta de informação sobre os métodos contraceptivos, sobre quais são, quantos existem, assim como a desinformação quanto ao direito a ter acesso ao conhecimento sobre eles resultando numa escolha, provoca a procura de um método mais cômodo sem saber o que pode causar nos cirpos das jovens. Diante desta situação o que se pode projetar sobre a vida reprodutiva dessas jovens depois de vários anos de uso dessa “bomba de hormônios” no corpo dessas jovens? Além disso, será que o resultado deste uso seria o esperado pelas jovens?

Como a preocupação principal centra-se sobre o planejamento familiar, a negociação com o parceiro sobre uso de camisinha como prevenção de DST/AIDS aparece quase que invisível nos discursos dessas jovens. Acreditamos que a (im)possibilidade do exercício de direito em relação ao conhecimento e escolha dos métodos contraceptivos faça parte de uma rede permeada pelas “ideologias do bloco dominante”, parafraseando, mais uma vez, Norman Fairclough (2001). As ramificações dessa rede vão dificultar que as jovens venham a negociar juntos aos parceiros, métodos de prevenção de DST/AIDS, como o uso da camisinha masculina. A feminina nem sequer é pensada. Essa relação não é fixa, e as jovens têm tentado espaços nas suas relações afetivo-sexuais para este diálogo, mostrando brechas/furos/atravessamentos de possibilidades outras no sistema regulatório que é infringido sobre seus corpos e desejos. Resta-nos buscar lançar mão de frestas que iluminem, quiçá coloquem em evidência, resistências e possibilidades outras na vida dessas jovens, que nos informem e nos coloquem no lugar discursivo e teórico-político, de buscar sair do discurso hegemônico, para chegar às margens desses e de outros rios.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Elaine Reis; HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(7): 1421-1430, jul. 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade**. Série Sujeito e História. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

CASTRO, R.J. **Comentário sobre as relações entre discurso, poder e ideologia em Language and Power**, de Norman Fairclough, 1999.



COSTA, Jurandir F. **Sem fraude nem favor:** estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro. Rocco. 1998.

GELUDA, Kátia et al. “Quando um não quer, dois não brigam”: um estudo sobre o não uso constante de preservativo masculino por adolescentes do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, ago. 2006. Acessos em 28 maio 2009.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do Ciborgue:** as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte. Autêntica Editora.2009.

PARKER, Richard. **Sexualidades pelo avesso:** direitos, identidades e poder. São Paulo. Ed. 34. 1999.

QUADROS, Marion T. **Projeto Mulheres e dupla proteção em diferentes circuitos de sociabilidade:** um estudo comparativo entre Recife e Caruaru – PE. Recife.UFPE.2008.

SCAVONE, Lucila. Novas Tecnologias Conceptivas: teorias e políticas feministas. In ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; PORTELLA, Ana Paula (org.). **Feminismo e novas tecnologias reprodutivas.** SOS CORPO. 2007.

SCOTT, R. Parry. **Mulheres Chefes de Família:** abordagens e temas para as políticas públicas. Apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP